

PROJETO DE LEI Nº 054/2017, 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesc Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

O prefeito do Município de Piratuba Senhor Olmir Paulinho Benjamini.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de pavimentação e passeios públicos de diversas vias do Município de Piratuba.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Piratuba – SC, 20 de novembro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

MENSAGEM Nº 064/2017

Em 20 de Novembro de 2017.

Do: Prefeito Municipal
À: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PIRATUBA-SC

Senhora Presidente,
Senhoras Vereadoras,
Senhores Vereadores,

PROJETO DE LEI Nº 054/2017: Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesc Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

JUSTIFICATIVA –

Apresentamos a esta Respeitável Casa, o anexo Projeto de Lei que trata do pedido de autorização legislativa para o Executivo Municipal contratar e garantir empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DO FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A.

O município de Piratuba conta hoje com diversas ruas que apresentam problemas, seja na pavimentação ou até mesmo nas calçadas, que em muitos trechos inexistem, razão pela qual o incremento na destinação de recursos para tal finalidade, através de financiamento, melhorará em muito a situação da infraestrutura viária utilizada pelos nossos munícipes e turistas.

Destaque-se, por oportuno, que o financiamento pleiteado através do presente Projeto de Lei não comprometerá as finanças do Município de Piratuba, eis que a capacidade de adimplemento já foi previamente analisada pelo Badesc. Outrossim, após a autorização desta Casa Legislativa a documentação atinente ao financiamento será encaminhada para a Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério da Fazenda, que autorizará a pactuação definitiva e o recebimento dos valores.

Cordialmente,

OLMIR PAULINO BENJAMINI
Prefeito Municipal